

Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC

AJUSTE DIRETO N.º 410/2024 - IBMC

AQUISIÇÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE "EMEDGENE"

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

Cláusula 1ª - Objeto	- 3 -
Cláusula 2ª - Contrato.....	- 3 -
Cláusula 3ª - Início de Vigência e Duração do Contrato	- 4 -
Cláusula 4ª - Preço Base	- 4 -
Cláusula 5ª - Principais Obrigações do Adjudicatário	- 4 -
Cláusula 6ª - Prestação do Serviço.....	- 5 -
Cláusula 7ª - Conformidade e Garantia Técnica dos Serviços.....	- 5 -
Cláusula 8ª - Aspectos Submetidos à Concorrência.....	- 6 -
Cláusula 9ª - Aspectos Não Submetidos à Concorrência	- 6 -
Cláusula 10ª - Patentes, Licenças e Marcas registadas.....	- 6 -
Cláusula 11ª - Preço Contratual e Revisão do Preço	- 7 -
Cláusula 12ª - Condições de Pagamento do Preço	- 7 -
Cláusula 13ª - Penalidades Contratuais.....	- 8 -
Cláusula 14ª - Resolução do Contrato pelo Contraente Público.....	- 8 -
Cláusula 15ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário.....	- 9 -
Cláusula 16ª - Suspensão do Contrato.....	- 9 -
Cláusula 17ª - Modificações do Contrato	- 10 -
Cláusula 18ª - Encargos, Custos e Despesas.....	- 10 -
Cláusula 19ª - Gestor do Contrato.....	- 10 -
Cláusula 20ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual.....	- 11 -
Cláusula 21ª - Responsabilidades	- 11 -
Cláusula 22ª - Força Maior.....	- 11 -
Cláusula 23ª - Sigilo e Confidencialidade.....	- 13 -
Cláusula 24ª - Proteção e Tratamento de Dados Pessoais	- 13 -
Cláusula 25ª - Políticas Horizontais.....	- 14 -
Cláusula 26ª - Interpretação e Validade.....	- 14 -
Cláusula 27ª - Deveres de Informação	- 14 -
Cláusula 28ª - Regime Contraordenacional.....	- 14 -
Cláusula 29ª - Legislação Aplicável.....	- 15 -
Cláusula 30ª - Foro Competente.....	- 15 -
Cláusula 31ª - Comunicações e Notificações	- 15 -
Cláusula 32ª - Partes Integrantes.....	- 16 -
Cláusula 33ª - Contagem dos Prazos.....	- 16 -
ANEXO I – Cláusulas Gerais e Técnicas	- 17 -
Cláusula 34ª - Objetivo	- 17 -
Cláusula 35ª - Especificações Técnicas do Serviço	- 18 -

Cláusula 1ª - Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto a *Aquisição de Renovação da Licença do Software Emedgene* pelo *Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC* (doravante referido por "Contraente Público") com as características, especificações e requisitos constantes do *Anexo I*, e nos termos e condições definidos, no presente caderno de encargos.
2. Atento o disposto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se à prestação dos serviços de acordo com os termos previstos neste caderno de encargos, em especial atento o(s) seu(s) anexo(s) e na proposta adjudicada.
3. A presente aquisição tem a seguinte classificação CPV: 72268000-1 (*Serviços de fornecimento de software*).

Cláusula 2ª - Contrato

1. O contrato, celebrado por escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, regulado nos termos do disposto nos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, adiante abreviadamente designado por "CCP", em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 450.º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelo convidado e expressamente aceites pelo Órgão Competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos nos termos do disposto no Artigo 99.º CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

Cláusula 3ª - Início de Vigência e Duração do Contrato

O contrato entrará em vigor na data da sua assinatura e terá a duração de **1 (um) ano**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo, sendo automática e sucessivamente prorrogado por igual período, até à duração máxima de **2 (dois) anos**, salvo se qualquer uma das partes comunicar à outra a vontade de não o prorrogar, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de **60 (sessenta) dias** relativamente ao fim do prazo inicial.

Cláusula 4ª - Preço Base

1. Para efeitos de elaboração de proposta fixa-se, como parâmetro base do preço contratual, o valor de **€ 42 720 (quarenta e dois mil, setecentos e vinte euros)**, correspondente ao valor anual de **€ 21 360 (vinte e um mil, trezentos e sessenta euros)**.
2. O preço base é definido como o preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o contrato.
3. Proposta com valor superior ao valor do preço base será excluída.

Cláusula 5ª - Principais Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, em especial no CCP, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais, a saber:
 - a) Obrigação de prestação dos serviços objeto do contrato;
 - b) Disponibilizar o serviço objeto do contrato, na última versão disponível no mercado;
 - c) Executar todas as tarefas que se mostrem necessárias à pontual e cabal execução dos serviços objeto do contrato, com respeito por todas as normas aplicáveis e com elevados padrões de qualidade, eficiência e segurança;
 - d) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à boa execução dos serviços objeto do contrato;
 - e) Obrigação de garantia e conformidade dos serviços prestados com o contrato;
 - f) Obrigação de continuidade de prestação dos serviços, durante a vigência do contrato;
 - g) Garantir o funcionamento contínuo e atualizado do software;

- h) Comunicar de imediato ao Contraente Público quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer a execução atempada dos serviços objeto do contrato ou a confidencialidade dos dados fornecidos pelo mesmo;
- i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- j) Prestar serviços de manutenção, atualização e assistência técnica relativamente aos serviços objeto do contrato, pelo período de vigência do contrato.
- k) Realizar o tratamento dos dados do Contraente Público, comprometendo-se a não utilizar tais dados para diferentes fins, em conformidade com o disposto na Cláusula 24ª do presente caderno de encargos.

2. O Adjudicatário reconhece que será o único e exclusivo responsável, em qualquer caso, pelos atos ou omissões dos seus trabalhadores ou de quaisquer entidades por si subcontratadas, a qualquer título, e pelos danos e prejuízos que sejam causados a pessoas e bens, correndo às suas expensas, sem quaisquer responsabilidades, ónus ou encargos para o Contraente Público, o ressarcimento ou indemnização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

3. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6ª - Prestação do Serviço

Para o efeito de requerer ao Adjudicatário que lhe sejam prestados os serviços objeto do contrato, o Contraente Público remeterá, através de correio eletrónico compras@ibmc.up.pt, a respetiva requisição, a qual incluirá a seguinte menção obrigatória:

- a) Identificação dos serviços a prestar;
- b) Número da requisição;
- c) Referência deste procedimento.

Cláusula 7ª - Conformidade e Garantia Técnica dos Serviços

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante prestar os serviços objeto do contrato sem quaisquer

defeitos ou discrepâncias, com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no *Anexo I* ao presente caderno de encargos.

2. O Adjudicatário será responsável perante o Contraente Público, por qualquer falta de conformidade dos serviços objeto do contrato, que se manifestem durante a sua vigência.

3. Em caso de falta de conformidade dos serviços com o contrato, o Adjudicatário deverá proceder, à sua custa, sem quaisquer encargos para o Contraente Público e no prazo razoável que for por este determinado, à reposição da conformidade, sem prejuízo do direito do Contraente Público optar por exigir a redução adequada do preço dos serviços ou de proceder à resolução do contrato.

4. A garantia dos serviços prevista nesta cláusula abrange, designadamente:

- a) As despesas relativas à execução dos serviços para reposição da conformidade;
- b) Indemnizações por prejuízos causados a pessoas ou bens decorrentes dos serviços desconformes.

5. Para efeitos previstos na presente cláusula, o Contraente Público deverá denunciar ao Adjudicatário a falta de conformidade dos serviços no prazo de **8 (oito) dias** a contar da data em que a tenha detetado.

6. O Adjudicatário garante, ainda, a conformidade com o disposto nas alíneas e) e f) do n.º 1 da Cláusula 5ª, a continuidade da prestação de todos os serviços objeto do contrato, durante a vigência do contrato.

Cláusula 8ª - Aspectos Submetidos à Concorrência

Nos termos do artigo 42.º do CCP, é submetido à concorrência o Fator Preço.

Cláusula 9ª - Aspectos Não Submetidos à Concorrência

1. Nos termos do n.º 5 do artigo 42.º do CCP, o convidado deve observar na sua proposta, e como eventual futuro Adjudicatário, garantir, sem encargos adicionais para o Contraente Público, os aspetos não submetidos à concorrência referidos no presente Caderno de Encargos.

2. O incumprimento dos pressupostos indicados no número precedente implica a exclusão da proposta.

Cláusula 10ª - Patentes, Licenças e Marcas registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no decurso da execução do contrato celebrado, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso o Contraente Público venha a ser demandado por ter infringido, no decurso da execução do contrato celebrado, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário terá de indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 11ª - Preço Contratual e Revisão do Preço

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, nomeadamente de €____ (____)1 acrescido de IVA à taxa legalmente aplicável.

⁽¹⁾ **la preencher no termo contratual com o valor que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência cujo valor não pode ser superior ao preço base do procedimento]**

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas relativos à aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças relativas a esses serviços.

3. O preço contratual não será suscetível de revisão.

Cláusula 12ª - Condições de Pagamento do Preço

1. O(s) valor(es) devido(s) pelo Contraente Público deverá(ão) ser faturado(s), após a receção da respetiva requisição anual.

2. A(s) fatura(s) será(ão) paga(s) no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de receção da(s) fatura(s) pelo Contraente Público, através de transferência bancária para a conta a indicar pelo Adjudicatário na(s) fatura(s).

3. A(s) fatura(s) deve(m) ser enviada(s) em formato eletrónico, cumprindo todos os requisitos previstos na lei Portuguesa, para o endereço de correio eletrónico: daf@ibmc.up.pt ou para outro endereço que o Contraente Público venha a indicar ao Adjudicatário.

4. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto ao(s) valor(es) indicado(s) na(s) fatura(s), deve este comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova(s) fatura(s) corrigida(s); o prazo de pagamento ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida a nova fatura.

5. O Contraente Público terá o direito a deduzir no pagamento a fazer ao Adjudicatário quaisquer quantias relativas ao pagamento de eventuais multas, coimas ou outras que lhe possam ser exigíveis, seja a que título for.

6. O atraso no pagamento de uma ou mais faturas, não determina o vencimento das restantes.

Cláusula 13ª - Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir ao Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e até ao limite de **20% (vinte por cento)** do valor contratual.
2. O incumprimento da obrigação de continuidade de prestação dos serviços objeto do contrato constitui o Adjudicatário no dever de indemnizar o Contraente Público, em montante que se fixa desde já a título de cláusula penal de até **10% (dez por cento)** do valor contratual.
3. A exigência por parte do Contraente Público ao Adjudicatário do pagamento de uma penalidade pecuniária, nos termos dos números anteriores, não exonera do cumprimento da obrigação em falta nem da prática de outros atos inerentes à reposição da normalidade contratual, o mais rapidamente possível.
4. A aplicação de sanção pecuniária, pelo Contraente Público, será precedida de uma advertência escrita, de incumprimento, ao Adjudicatário.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no n.º 2 do Artigo 329.º do CCP e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para **30% (trinta por cento)**, conforme disposto no n.º 3 do referido artigo.
6. Para efeitos dos limites estipulados nos n.ºs 2 e 3 do supracitado artigo, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
7. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
8. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do Artigo 308.º do CCP.
9. O Contraente Público poderá compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14ª - Resolução do Contrato pelo Contraente Público

1. O Contraente Público poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do Art.º 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º por remissão do Artigo 451.º do CCP.

2. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pelo Contraente Público não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advirem da conduta do Adjudicatário e da resolução.
3. O Contraente Público, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário por carta simples com aviso de receção.
5. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.
6. Em caso de resolução do contrato o Adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva do Contraente Público.

Cláusula 15ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário

1. O Adjudicatário poderá resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP, por remissão do artigo 451.º.

Cláusula 16ª - Suspensão do Contrato

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Contraente Público pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
2. A suspensão referida no número anterior produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do Adjudicatário, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. O Contraente Público pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato.

Cláusula 17ª - Modificações do Contrato

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada, por escrito, pela parte interessada na mesma à outra parte com uma antecedência mínima de **15 (quinze) dias** em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
2. As modificações contratuais ficam sujeitas ao disciplinado nos termos dos artigos 311.º a 315.º, igualmente o estatuído na Parte III, Título II, Capítulo V (Arts 450.º a 454.º) do CCP.

Cláusula 18ª - Encargos, Custos e Despesas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário todos os custos e despesas relativos a quaisquer encargos inerentes à celebração do contrato, incluindo os relativos ao pagamento de quaisquer impostos e taxas ou à prestação de caução (se aplicável).
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, correm por conta do Adjudicatário todas as despesas e encargos em que este haja de incorrer em virtude do cumprimento de obrigações emergentes da lei, nacional e comunitária, do presente Caderno de Encargos e seu(s) anexo(s), encargos com os seus colaboradores, do contrato e da proposta adjudicada.

Cláusula 19ª - Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pelo Contraente Público ao qual incumbe o permanente acompanhamento da execução contratual.
2. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deverá comunicá-los de imediato ao Órgão Competente do Contraente Público, propondo em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem necessárias.
3. Gestor do Contrato nomeado: [Completar]; contacto: [Completar]
4. O responsável pela Gestão do Contrato pode ser modificado pelo Contraente Público.
5. O Adjudicatário obriga-se a nomear um representante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor, com o Contraente Público, para todos os fins associados à execução do contrato.

Cláusula 20ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

O recurso à cessão da posição contratual e à subcontratação pelo Adjudicatário fica desde já vedado, no presente procedimento.

Cláusula 21ª - Responsabilidades

1. O Adjudicatário responde perante o Contraente Público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o Adjudicatário responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o Contraente Público vier a ser demandada por terceiros por prejuízos causados pelo Adjudicatário, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 22ª - Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento e/ou cumprimento defeituoso e/ou imputável qualquer responsabilidade, a não realização pontual das prestações e/ou obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, devidamente comprovado e aceite, entendendo-se como tal as circunstâncias ou acontecimentos, imprevisíveis e excecionais, independentes das vontades das partes, e que não derivem de falta ou negligência de qualquer delas, que impossibilitem a respetiva realização, porquanto alheios à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Os requisitos do conceito de força maior, melhor definidos nos termos do plasmado no número anterior, são cumulativos.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os pressupostos ou requisitos enunciados nos termos do número 1 anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, furacões, incêndios, epidemias,

sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, não constituem força maior, nomeadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

6. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve sempre comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normalizada.

7. Para efeitos do disposto no número antecedente, sempre que uma das partes não aceite, com o dever de comunicar, por escrito, tal situação à outra parte, que certa ocorrência invocada pela outra parte constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

8. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

9. Para efeitos do disposto no número anterior, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a **30 (trinta) dias**, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução contratual, mediante comunicação, por escrito, enviada à outra parte, com a antecedência, mínima, de **15 (quinze) dias**.

Cláusula 23ª - Sigilo e Confidencialidade

1. O Adjudicatário compromete-se, na vigência do contrato, a manter como reservado e confidencial, o respetivo conteúdo, assim como toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de ser responsável pelos prejuízos que daí decorrerem.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever da confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não os destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. A obrigação de confidencialidade do Adjudicatário estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou subcontratados e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.
4. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de duração do contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.
5. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto nesta cláusula a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de decisão judicial transitada em julgado ou a pedido de entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 24ª - Proteção e Tratamento de Dados Pessoais

1. Exceto quando diversamente estipulado, os termos utilizados em maiúsculas, no singular ou no plural, no masculino ou no feminino na presente Cláusula, têm o significado que lhes é atribuído no artigo 4.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (doravante, "RGPD").
2. O Adjudicatário obriga-se a cumprir as obrigações decorrentes RGPD, da Lei 58/2019, de 8/8, que executa aquele na ordem jurídica nacional e demais legislação, nacional e comunitária, aplicável ao tratamento de dados pessoais, quer durante a vigência do contrato quer, sempre que exigível, após a sua cessação.
3. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Cláusula 25ª - Políticas Horizontais

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 1.º-A do CCP, o Adjudicatário deverá garantir, na fase de formação e execução do presente contrato, o pleno cumprimento das normas aplicáveis vigentes em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do Direito Internacional, Europeu, Nacional ou Regional.

Cláusula 26ª - Interpretação e Validade

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.
2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário obriga-se a ter em conta, na execução do contrato, as orientações que lhe forem transmitidas por escrito pelo Contraente Público, na medida em que as mesmas não colidam com as regras aplicáveis à execução do mesmo termo contratual.

Cláusula 27ª - Deveres de Informação

1. Qualquer uma das partes deve informar a outra parte de quaisquer factos ou circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com os princípios da boa-fé e da confiança, no prazo máximo de até **10 (dez) dias** a contar do respetivo conhecimento.
2. Atento o disposto no número anterior, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra parte, em especial, de quaisquer factos ou circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações decorrentes da lei e/ou do contrato e/ou do caderno de encargos e/ou da proposta adjudicada.

Cláusula 28ª - Regime Contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas na Cláusula de Penalidades Contratuais do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no Artigo 456.º,

contraordenações graves as descritas no art.º 457.º e contraordenações simples as gizadas no Artigo 458.º, todos do Código de Contratos Públicos.

Cláusula 29ª - Legislação Aplicável

Em tudo o omissso nas peças do presente procedimento observar-se-á o previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 30ª - Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 31ª - Comunicações e Notificações

1. Salvo se outra formalidade estiver especialmente prevista neste contrato, todas as comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos e ao abrigo do contrato, deverão ser efetuadas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico com recibo de leitura para as moradas e endereços de correio eletrónico que de seguida se indicam, ou para quaisquer outros que as partes venham a designar, mediante comunicação prévia, por escrito à contraparte, sob pena de se considerarem como não realizadas.
2. As notificações presumem-se efetuadas em consonância com o disposto no Artigo 113.º do Código do Procedimento Administrativo ("CPA").

Para o Contraente Público:

À atenção de: Serviço de Contratação Pública

Morada: Rua Alfredo Allen, 208; 4200-135 Porto - Portugal

Endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt

Para o Adjudicatário:

À atenção de: [...]

Morada: [...]

Endereço de correio eletrónico: [...]

(A indicar na proposta, para inclusão no contrato a celebrar)

3. As moradas indicadas serão válidas para efeitos de eventuais citações ou notificações judiciais.

Cláusula 32ª - Partes Integrantes

1. Faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, o seu *Anexo I*.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, o Caderno de Encargos e os seus anexos, bem como os demais documentos contratuais, o Convite, a proposta adjudicada e toda a correspondência trocada entre as partes.

Cláusula 33ª - Contagem dos Prazos

1. A contagem dos prazos, na fase de formação do contrato no contrato, obedece ao disposto no artigo 470.º do CCP.
2. A contagem dos prazos, na fase de execução dos contratos, cumpre o estatuído no artigo 471.º do CCP, salvo disposição expressa em contrário.

ANEXO I – Cláusulas Gerais e Técnicas**Cláusula 34ª - Objetivo**

Uma das vertentes do Contraente Público, especificamente do seu Centro de Genética Preditiva e Preventiva (doravante "CGPP") consiste na disponibilização de testes genéticos a vários centros hospitalares nacionais e internacionais. Neste trabalho laboratorial, é essencial a integração do conhecimento técnico-científico relativo às variantes genéticas identificadas nestes estudos, aplicando um sistema de classificação apropriado e incorporando distintos níveis de informação.

O laboratório de Genética Molecular do CGPP-IBMC tem vindo a suplementar a crescente necessidade destes exames laboratoriais, nomeadamente recorrendo à técnica de sequenciação de nova geração (NGS), especialmente com base na tecnologia "Illumina", tendo como referencial a sequenciação completa do exoma.

Nos últimos anos, a procura de painéis multigene (baseados na sequenciação do exoma) aumentou exponencialmente, tornando-se a principal tipologia dos testes de diagnóstico realizados pelo CGPP.

Os dados bioinformáticos produzidos pelo CGPP resultam da sequenciação de nova geração de mais de 15.000 exomas até ao momento. Este trabalho de NGS realizado produziu informação genética essencial e com utilidade clínica, que tem vindo a permitir a otimização e a obtenção de diagnósticos genéticos, progressivamente mais precisos.

Estes painéis multigene, com um maior número de genes, implicam que os analistas bioinformáticos, de dados de NGS, tenham de filtrar, inspecionar e interpretar um considerável número de variantes genéticas.

O software Emedgene é compatível com os dados bioinformáticos existentes e gerados nos pipelines implementados e em utilização, no CGPP.

Em função do crescente aumento de solicitações para a realização de diagnóstico genético e, dada a sua complexidade, a utilização de ferramentas bioinformáticas eficientes, tal como a tecnologia disponível através do software Emedgene, torna-se crucial para promover a crescente produtividade, potenciando os recursos de análise essenciais, para o diagnóstico genético.

Face ao exposto, é fundamental a renovação desta licença de utilização, por forma a assegurar o exemplar funcionamento do laboratório do CGPP e ainda, permitir dar resposta ao considerável crescente de solicitações, de diagnóstico genético.

Cláusula 35ª - Especificações Técnicas do Serviço

O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar ao Contraente Público, a renovação da licença de utilização do **software Emedgene**, plataforma online, com permissão de acesso até **20 (vinte)** utilizadores, com as características, especificações e requisitos mínimos, abaixo descritos ou similares:

- Plataforma de software com elevada sensibilidade e especificidade na priorização de variantes associadas ao fenótipo, automatizada com recurso a inteligência artificial e/ou através de filtros pré-customizados. Para além de substituições de um único nucleotídeo (SNVs) e de pequenas deleções e/ou inserções/duplicações (INDELs), deve permitir a filtragem de alterações do número de cópias (CNVs), identificadas em diferentes testes genéticos (painéis dirigidos, WES, WGS);
- Adequação e compatibilização com os dados bioinformáticos existentes e gerados nos pipelines implementados e em utilização no CGPP, permitindo a utilização de ficheiros FASTQ (a serem processados bioinformaticamente na própria plataforma) ou ficheiros VCF e BAM;
- Suportar a entrada de dados clínicos de forma estruturada (por exemplo, termos HPO, ou através da ontologia MONDO), seja por meio de entrada manual ou interfaces informáticas;
- Base de dados que suporta a aplicação, deverá estar centrada na variante, permitindo a gestão e pesquisa das mesmas (permitindo, por exemplo, capacidade de criar e atualizar classificações e adicionar evidências ao longo do tempo, independentemente da interpretação do caso);
- Integração de outras funcionalidades pretendidas no fluxo de trabalho laboratorial, nomeadamente classificação automatizada de variantes de acordo com os critérios implementados pelo Colégio Americano de Genética e Genómica (ACMG) e descrição de variantes de acordo com a nomenclatura proposta pela *Human Genome Variation Society* (HGVS). Deve também disponibilizar o nível de evidências utilizadas para atribuir uma determinada classificação;
- Facilidade de utilização, com uma interface clara e intuitiva, acompanhado de um manual e de suporte técnico disponível com acompanhamento permanente;
- Segurança dos dados, cumprindo os requisitos definidos nos seguintes standards de qualidade: HIPPA, ISO 27001, GDPR, SOC 2 tipo 2. Os dados serão armazenados na "cloud", mas devem ser dadas garantias que o servidor onde ficaram alojados os dados está fisicamente localizado no espaço da União Europeia e os dados devidamente encriptados;
- Velocidade e escalabilidade da análise, para permitir o processamento e a análise de dados em tempo útil, de acordo com os tempos de resposta (TATs) pré-estabelecidos para o estudo genéticos em questão. Para este efeito a possibilidade de utilização de APIs deve estar contemplada;

- Atualizações regulares, do próprio software, mas também das próprias base de dados de anotação, permitindo o acesso à informação mais recente. Deve também permitir a reanálise periódica dos casos sem diagnóstico, na tentativa de identificar dados genéticos clinicamente relevantes com base em informação mais atualizada, permitindo para esse efeito a manutenção dos dados durante um período até 1 (um) ano;
- Possibilidade de personalização, de acordo com as necessidades específicas do laboratório e permitir a integração de diferentes bases de dados de variantes (interna e de outras de natureza comercial);
- Validação e adequação com padrões internacionais, devendo estar alinhado com as mais recentes diretrizes e recomendações da comunidade científica.